



ITATIM

LINHAS DE TRANSMISSÃO DO ITATIM S.A.

CNPJ/MF nº 10.559.663/0001-02

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em reais)

reconhecidos são: fornecedores - partes relacionadas e terceiros e financiamentos. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos. O saldo de financiamentos é classificado como passivo financeiro não mensurado ao valor justo e reconhecidos pelo seu custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. O saldo de fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Companhia, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data dos balanços. Estes saldos também são classificados como passivo financeiro reconhecido pelo custo amortizado. **Desreconhecimento (baixa) dos ativos e passivos financeiros:** Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem e/ou quando a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasso"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. **Ativos e passivos financeiros derivativos:** A Companhia não mantém ativos ou passivos financeiros derivativos e não identificou contratos com características de derivativos embutidos separáveis.

4. NOVOS PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS E INTERPRETAÇÕES

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu as determinadas normas que ainda não haviam entrado em vigor até a data da emissão das demonstrações financeiras. Enquanto aguarda a aprovação destas normas internacionais pelo CPC, a Companhia está procedendo a sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos, caso haja, em suas demonstrações financeiras.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2015	2014
Bancos	377.129	302.420
Aplicações financeiras	15.051.593	21.391.510
	15.428.722	21.693.930

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa CDI.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2015	2014
Conta reserva - financiamento	22.808.653	24.247.493
	22.808.653	24.247.493

Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente as garantias reais do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (nota explicativa 10). Durante todo o prazo do contrato, a Companhia deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a seis vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida, sendo que a movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do BNDES.

7. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	2015	2014
A vencer	6.317.694	7.556.724
Vencidas até 30 dias	51.910	487.748
Vencidas até 60 dias	25.686	223.510
Vencidas até 90 dias	33.663	28.886
Vencidas há mais de 90 dias	5.306.463	6.625.768
	11.735.416	14.922.636
PCLD	(514.973)	(727.464)
	11.220.443	14.195.172

Em função do giro das concessionárias e permissonárias em curtíssimo prazo, a Administração constituiu ajuste a valor presente para o referido saldo. De acordo com as normas do agente regulador, a PCLD deve ser avaliada para saldos vencidos acima de 180 dias. A Administração, por sua vez avalia as faturas vencidas acima de 180 dias de forma individualizada, e constitui a PCLD julgada necessária. Segue movimentação da PCLD:

	2015	2014
Saldo em 1º de janeiro	(727.464)	(3.554)
Reversão	212.491	-
Adição	-	(723.910)
Saldo em 31 de dezembro	(514.973)	(727.464)

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2015	2014
IR s/aplicação financeira	479.696	479.700
IRPJ	1.864.079	1.679.991
CSLL	1.356.749	1.097.383
PIS	1.656	1.656
COFINS	7.643	7.643
Outros	55.658	53.010
	3.765.481	3.319.383

9. ATIVO FINANCEIRO AMORTIZÁVEL

	2015	2014
Circulante	56.338.126	42.518.773
Não circulante	479.112.668	479.913.566
	535.450.794	522.432.339

Conforme contrato de concessão da Companhia (notas explicativas 1.1 e 1.2) a Companhia reconheceu um recebível de concessão de serviço conforme o valor atual dos pagamentos mínimos anuais garantidos a serem recebidos do poder concedente. A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o ativo financeiro reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, e é apurado comparando o retorno esperado com o valor do investimento. As concessões das linhas de transmissão de energia da Companhia são remuneradas pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica e das demais Instalações de transmissão, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão.

10. FINANCIAMENTOS

a) Total da dívida

Descrição	Início	Vencimento	Garantidor	Encargos	2015	2014
BNDES -				TJLP +		
Subcrédito A	11/2012	04/2028	(i)	2,74% a.a.	209.314.641	226.871.621
BNDES -				TJLP +		
Subcrédito B	11/2012	10/2022	(i)	2,5% a.a.	50.118.264	57.452.644
BNDES -				TJLP		
Subcrédito C (ii)	09/2014	04/2027	(i)		243.334	1.868.642
					259.676.239	286.192.907
Circulante					25.409.313	25.422.857
Não circulante					234.266.926	260.770.050
					259.676.239	286.192.907

(i) Segue relação das garantias do contrato: • Penhor de direitos emergentes do contrato de concessão. • Caução, dada por todos os acionistas em favor do BNDES, da totalidade das ações da Companhia. •Caução dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão. (ii) O Subcrédito C do contrato de financiamento do BNDES, no valor de R\$ 1.604.900 deverá ser destinado aos investimentos sociais de empresas no âmbito da comunidade, não contemplados nos licenciamentos ambientais e/ou nos programas socioambientais do projeto básico ambiental para implantação do projeto a que se refere este contrato, através dos projetos Maré do Amanhã e Projeto Casa Abrigo Criança Cidadã, com orçamento previsto de R\$ 1,2 milhão e R\$ 531 mil, respectivamente. Para esses projetos houve a realização de R\$ 995.552 até 31 de dezembro de 2015.

b) Fluxos de pagamentos futuros da dívida (principal e juros):

	2015	2014
2016	25.409.313	25.748.060
2017	25.748.060	25.748.060
2018	25.748.060	25.748.060
2019	157.022.746	157.022.746
2020 - 2028	259.676.239	3.077.023

c) Covenants: De acordo com as cláusulas contratuais, a Companhia deve atender ao fluxo de caixa para pagamento da dívida no período dividido pelo montante de pagamentos de juros e amortizações de principal no período superior ou igual a 1,50 vezes. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a Companhia atingiu os índices propostos.

11. TAXAS REGULAMENTARES

	2015	2014
Quota de reserva global de reversão (RGR) (i)	1.063.759	1.663.242
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (ii)	1.298.948	963.500
Taxa de fiscalização (TFSE) (iii)	359.927	450.281
	2.722.634	3.077.023

(i) RGR: Taxa criada pelo Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei nº 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035. O pagamento dessa taxa é regulamentado pelo artigo 1º da Resolução da ANEEL nº 23, de 5 de fevereiro de 1999, onde determina que as concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica devem pagar à Eletrobrás mensalmente valores tendo como base em 2,5% do investimento e mantém a provisão de 2,5% da receita operacional regulatória. Possíveis diferenças entre pagamento e provisão são ajustadas anualmente através de Despachos emitidos pela ANEEL. A Administração da Companhia acompanha a emissão desses Despachos a fim de ajustar os valores pagos e reconhecidos no balanço. (ii) P&D: Conforme as Resoluções ANEEL 316 de 2008 e nº 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. (iii) TFSE: Instituída pela Lei nº 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

12. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Contingências prováveis (provisionadas): A Companhia não possui processos com expectativa de perda provável. **Contingências possíveis (não provisionadas):** Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

	2015	2014
Ambiental	86.037	-
Trabalhista	8.726.532	-
	8.812.569	-

13. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	2015	2014
IR	1.558.434	5.599.272
CSLL	823.369	2.119.234
PIS	68.272	91.057
COFINS	321.793	422.895
Outros	128.240	80.853
	2.900.108	8.313.269

14. IMPOSTOS DIFERIDOS PASSIVOS

	2015	2014
Impostos diferidos passivos	38.223.506	46.599.272
	38.223.506	46.599.272

Os saldos são referentes a: (i) registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão; (ii) PIS e COFINS sobre a receita de construção (registrada de acordo com o CPC 17 - Contratos de Construção). Será realizada de acordo com o recebimento da receita da referida obra (ativo imobilizado da concessão).

15. OUTROS PASSIVOS NÃO CIRCULANTES

	2015	2014
Obrigações especiais (i)	18.818.542	19.050.000
Outras provisões passivas	995.552	-
	19.814.094	19.050.000

(i) Recebimento antecipado pelas centrais geradoras para o custeio de aquisição de instalações de transmissão de interesse exclusivo. Amortizamos a taxa média de depreciação do ano de 2014, 2,43%, pela realização da receita.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o capital subscrito e integralizado da Companhia era de R\$261.360.000, dividido em 261.360.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada. A composição do capital social subscrito é como se segue:

	2015	2014
SGBH	99,99%	-
International Grid Holding Limited	0,01%	-
	100%	-

b) Reserva legal: A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas. **c) Dividendos:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 50% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por ações nº 6.404/76.

	2015	2014
Lucro líquido do exercício	49.515.671	52.008.343
Absorção de prejuízo	(32.347.451)	(52.008.343)
Base para reserva legal	17.168.220	-
Reserva legal (5%)	(858.411)	-
Base de cálculo para os dividendos	16.309.809	-
Dividendo mínimo obrigatório (50%)	8.154.905	-

17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2015	2014
Receita operacional bruta	76.764.415	109.821.878
Receita de operação e manutenção	7.224.272	9.742.682
Remuneração dos ativos financeiros	69.540.143	84.045.221
Outras	-	16.033.975
Deduções da receita operacional	(13.420.690)	(9.658.274)
PIS	(1.984.001)	(1.214.748)
COFINS	(9.138.429)	(5.595.200)
RGR	(1.593.335)	(1.840.478)
P&D	(562.231)	(639.752)
CDE	(18.302)	-
TFSE	(116.930)	(368.096)
Outras	(7.462)	-
	63.343.725	100.163.604

18. CUSTO DA OPERAÇÃO

	2015	2014
Pessoal	(2.686.006)	(2.473.536)
Material	(1.745.559)	(1.599.859)
Serviços de terceiros	(1.469.820)	(2.055.445)
Tributos	(120.464)	(161.682)
Arrendamentos e aluguéis	(123.709)	(138.711)
Custo de operação e manutenção	2.542.892	5.124.943
Gastos diversos (i)	(948.942)	(1.931.471)
Outras	163.744	(116.238)
	(4.387.864)	(3.351.999)

(i) Grupo de contas gastos diversos de acordo com o plano de contas da ANEEL. Os maiores impactos são de serviços de telecomunicação e CCI sem receita atrelada.

19. RESULTADO FINANCEIRO

	2015	2014
Receita financeira	4.654.572	3.683.961
Receitas de aplicações financeiras	4.653.717	3.674.596
Outras receitas financeiras	855	9.365
Despesa financeira	(21.267.778)	(20.372.351)
Juros sobre financiamentos (nota explicativa 10)	(19.606.274)	(19.346.731)
Variação monetária	(764.488)	-
Outras despesas financeiras	(897.016)	(1.025.620)
	(16.613.206)	(16.688.390)

20. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (IR E CS)

	2015	2014
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	42.157.615	79.223.343
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido - Adoção Lei 12.973	(14.333.589)	(26.935.937)
Adições e exclusões não dedutíveis	21.541.949	(397.126)
Incentivos fiscais (Lei Rouanet/Desportivo)	125.696	0
Outros	24.000	118.064
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	7.358.056	(27.214.999)

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. Em 2015 e 2014, a Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros. Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

21.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	2015	2014
Caixa e equivalentes de caixa	5	15.428.722	21.693.930
Ativo financeiro amortizável	9	535.450.794	522.432.339
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	2015	2014
Concessionárias e permissionárias	7	11.220.443	14.195.172
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	2015	2014
Financiamentos	10	259.676.239	286.192.907
Fornecedores - terceiros		998.493	1.108.598
Fornecedores - partes relacionadas	22	4.907	4.725

21.2. Gestão de risco: As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: **a) Riscos de mercado:** A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. **b) Riscos de taxa de juros:** Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. **c) Riscos cambiais:** Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. **d) Risco de crédito:** O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, o não cumprimento com suas obrigações contratuais, ocasiona perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações. Os riscos de créditos relacionados às concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos